

HABEAS CORPUS Nº 502.644 - SC (2019/0096273-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JAISON DA SILVA
ADVOGADO : JAISON DA SILVA - SC025147
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SANDRA MARIA BERNARDES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de SANDRA MARIA BERNARDES, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, nos embargos de declaração n. 0000158-57.2015.8.24.0011/50002.

Aduz o impetrante, na inicial do presente **writ**, em síntese, a paciente foi condenada em 14/09/2018 pelo Tribunal de Júri, à pena de vinte e um anos e quatro meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, incisos I, III, IV e §4º, do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante a eg. Corte estadual, alegando constrangimento ilegal decorrente da determinação de início da execução provisória da pena, mas a ordem foi denegada, nos termos do v. acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO ANTECIPADA. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. Não ofende o princípio da presunção de inocência a determinação de que se inicie a execução da pena após a condenação pelo Tribunal do Júri. ORDEM DENEGADA" (fl. 1.788).

Sustenta que no **HC n. 473.185/SC**, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça, a ordem foi concedida para determinar que a paciente aguarde em liberdade o esgotamento das vias ordinárias, mediante medidas cautelares a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau, se necessárias, salvo se estiver presa por outro motivo.

Afirma que o recurso de apelação foi julgado e desprovido em 05/02/2019, com determinação de início da execução provisória da pena, após o esgotamento das vias recursais ordinárias (fls. 60-91).

Os embargos de declaração opostos contra o julgado foram rejeitados em 20/02/2019 (fls. 105-117).

Novos embargos de declaração foram opostos e rejeitados em 13/03/2019, declarando-se o seu caráter protelatório (fls. 128-133). Foi reconhecida, entretanto, a nulidade do julgamento dos aclaratórios, designando-se a data de 02/04/2019 para novo julgamento (fl. 136).

Os embargos de declaração foram novamente julgados e rejeitados em 02/04/2019, declarando-se o seu caráter protelatório (fls. 138-144). Na ocasião, determinou-se providências a fim de iniciar o cumprimento provisório da pena.

Dáí o presente **writ**, no qual o impetrante requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para: *"revogar a decisão da autoridade coatora ou do juiz de primeiro grau e, com isso, assegurar a liberdade da Paciente até o esgotamento das vias ordinárias, conforme determinado, inclusive, no HC n.º 473185, o qual foi proferido por esta 5ª Turma"* (fl. 7).

É o breve relatório.

Decido.

No que concerne ao cumprimento antecipado da pena, cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal passou a entender ser possível a execução das condenações a partir dos pronunciamentos proferidos em 2ª instância, independentemente da interposição dos recursos de natureza extraordinária.

Tal posicionamento foi confirmado por ocasião do julgamento do ARE n. 964.246, submetido à sistemática da repercussão geral, no qual o Plenário desta eg. Corte reafirmou a jurisprudência do **Pretório Excelso** no sentido de que *"a execução provisória de acórdão penal condenatório*

proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal" (ARE n. 964.246/SP, **Tribunal Pleno**, Relator Min. **Teori Zavascki**, DJe de 25/11/16, grifei).

Assim, neste particular, o acórdão impugnado, ao menos em tese, está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, considerando que os últimos embargos declaratórios opostos foram considerados protelatórios.

Em tal contexto, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator